

DOCUMENTO METODOLÓGICO

VERSÃO 1.0

JUNHO DE 2022

Designação da operação estatística: Estatísticas sobre Processos na Polícia Judiciária.

Sigla da operação estatística: Não aplicável.

Código da operação estatística: 667

Código da atividade estatística - CGA: 391

Código de versão do DMET: 1.0

Data de entrada em vigor da versão do DMET: junho 2022

Data da última atualização do DMET: Não aplicável.

Entidade responsável pela operação estatística: Direção Geral da Política de Justiça

ÍNDICE

I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA	4
• 1.1 Designação da operação estatística	4
• 1.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística	4
• 1.3 Código da operação estatística.....	4
• 1.4 Código SIGINE (modelo estatístico).....	4
• 1.5 Código da Atividade Estatística.....	4
• 1.6 Código de Versão do Documento Metodológico	4
• 1.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico.....	4
• 1.8 Data da última atualização do Documento Metodológico.....	4
• 1.9 Entidade responsável pela operação estatística	5
• 1.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação	5
II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO	6
III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO	7
• III.1 Contexto da operação estatística	7
• III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação	8
• III.3 Objetivos da operação estatística	9
• III.4 Financiamento da operação estatística	9
IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL	10
• IV.1 Tipo de operação estatística.....	10
• IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística.....	10
• IV.3 Periodicidade da operação estatística	10
• IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística	11
• IV.5 Principais utilizadores da informação	11
• IV.6 Difusão	11
○ IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação	11
○ IV.6.2 Revisões.....	12
▪ IV.6.2.1 Tipos de revisões de dados adotadas:.....	12
▪ IV.6.2.2 Circunstância em que são efetuadas as revisões:.....	12
▪ IV.6.2.3 Frequência das revisões:.....	12
○ IV.6.3 Produtos de difusão regular.....	12
V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA.....	13
• V.1 População-alvo	13
• V.2 Base de amostragem.....	13
• V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação	13
• V.4 Desenho da amostra	13
○ V.4.1 Características da amostra	13
○ V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra	13

• V.5 Construção do (s) questionário(s)	13
o V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário (s).....	13
o V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s).....	13
• V.6 Recolha de dados	13
o V.6.1 Recolha direta de dados	13
o V.6.2 Recolha não-direta de dados	15
• V.7 Tratamento de dados	15
o V.7.1 Validação e análise	15
o V.7.2 Tratamento de não respostas	16
o V.7.3 Obtenção de resultados.....	16
o V.7.4 Ajustamentos dos dados.....	16
o V.7.5 Comparabilidade e coerência	16
o V.7.6 Confidencialidade dos dados	17
VI. Suportes de recolha e Variáveis de observação	18
VII. Variáveis Derivadas	20
VIII. Indicadores a disponibilizar	21
IX. Conceitos.....	22
X. Classificações.....	23
XI. Siglas e abreviaturas	24
XII. Bibliografia	25

I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

- ***1.1 Designação da operação estatística***

Estatísticas sobre Processos na Polícia Judiciária.

- ***1.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística***

PPJ.

- ***1.3 Código da operação estatística***

667

- ***1.4 Código SIGINE (modelo estatístico)***

Não aplicável.

- ***1.5 Código da Atividade Estatística***

40 - Justiça

404 - Estatísticas das Polícias e de Apoio à Investigação

391 - Estatísticas sobre Processos na Polícia Judiciária

- ***1.6 Código de Versão do Documento Metodológico***

1.0

- ***1.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico***

Junho de 2022

- ***1.8 Data da última atualização do Documento Metodológico***

Junho de 2022

- ***1.9 Entidade responsável pela operação estatística***

- Entidade: Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Unidade Orgânica (UO): Divisão das Estatísticas da Justiça (DEJ)
- Técnico responsável:

Nome: Chefe da Divisão de Estatísticas da Justiça

Telefone: 21 792 4000

E-mail: correio@dgpj.mj.pt

- Ponto focal no INE:

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais/

/Serviço de Estatísticas do Mercado de Trabalho (DES/TR)

Nome: António Ribeiro

Telefone: +351 218426100 Ext: 3010

E-mail: antonio.ribeiro@ine.pt

- ***1.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação***

Não aplicável.

II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

Não aplicável. Trata-se da primeira versão do documento.

III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

- *III.1 Contexto da operação estatística*

A Polícia Judiciária é um órgão de polícia criminal com competência reservada para a investigação de um tipo de criminalidade muito específico e de elevada importância (art.º 7, n.º 2 da Lei 49/2008, de 27/08), pelo que os dados relativos a essa atividade, por si relevante no contexto da orgânica da Justiça, revestem-se de elevado interesse sociológico para o estudo da evolução e prevenção desses fenómenos criminais. São exemplo, a atividade de deteção e investigação dos crimes de corrupção e de branqueamento de capitais, cujos dados são essenciais ao acompanhamento interno e externo destes temas, nomeadamente para resposta a questionários e avaliações internacionais.

Esta operação estatística permite ainda reforçar a análise das fontes administrativas, absorvendo os dados já recolhidos com o atual detalhe no âmbito de outra operação, entretanto descontinuada, onde o nível de desagregação geral era menor e por isso a informação produzida de escasso interesse. Por essa razão, esta operação estatística permite assegurar o tratamento e a divulgação de indicadores desde o ano de 2005.

- **III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Necessidades resultantes de obrigações legais:	
○ Legislação comunitária.....	<input type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> _____	
○ Compromissos perante organizações internacionais.....	<input type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> _____	
○ Legislação nacional.....	<input type="checkbox"/>
• Pedido direto de informação por parte do/de:	
○ Entidades públicas nacionais.....	<input type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> _____	
○ Entidades comunitárias	
- Programa Estatístico Europeu.....	<input type="checkbox"/>
- Acordo informal (“Acordo de Cavalheiros”).....	<input type="checkbox"/>
○ Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras.....	<input type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> _____	
○ Conselho Superior de Estatística.....	<input type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> _____	
• Resultado de inquéritos às necessidades dos utilizadores.....	<input type="checkbox"/>
• Necessidades de informação de outras operações estatísticas.....	<input type="checkbox"/>
• Contrato/Protocolo específico com Entidade externa.....	<input type="checkbox"/>
• Outras necessidades	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Especificar: Existência de indicadores sobre a atividade dos serviços de Justiça para resposta a pedidos de investigadores e estudantes, da comunicação social, de entidades públicas nacionais, do Governo e a inquéritos internacionais.</i>	

- **III.3 Objetivos da operação estatística**

Esta operação estatística visa recolher informação sobre processos na Polícia Judiciária, nomeadamente:

- O movimento mensal de processos de inquérito crime (número de entrados, findos e pendentes), por tipo de crime.

- **III.4 Financiamento da operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

<ul style="list-style-type: none">• Financiamento total:<ul style="list-style-type: none">○ da Entidade responsável..... <input checked="" type="checkbox"/>○ da União Europeia (EUROSTAT) <input type="checkbox"/>○ de outra Entidade..... <input type="checkbox"/><ul style="list-style-type: none">○ Especificar: _____• Cofinanciamento:<ul style="list-style-type: none">○ Entidade responsável e União Europeia <input type="checkbox"/>○ Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia)..... <input type="checkbox"/><ul style="list-style-type: none">Especificar: _____
--

IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

• IV.1 Tipo de operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Inquérito amostral	<input type="checkbox"/>
• Recenseamento	<input checked="" type="checkbox"/>
• Estudo estatístico	<input type="checkbox"/>

• IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Fonte Direta	<input checked="" type="checkbox"/>
• Fonte Não-direta	
○ Fonte administrativa	<input type="checkbox"/>
○ Outra operação estatística	<input type="checkbox"/>
○ Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

• IV.3 Periodicidade da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Mensal	<input type="checkbox"/>
• Trimestral	<input type="checkbox"/>
• Semestral	<input type="checkbox"/>
• Anual	<input checked="" type="checkbox"/>
• Não periódico	<input type="checkbox"/>
• Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

- **IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Continente	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma da Madeira	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma dos Açores	<input type="checkbox"/>
• País	<input checked="" type="checkbox"/>
• Outro	<input type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> _____	

- **IV.5 Principais utilizadores da informação**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional	
○ INE	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Banco de Portugal	<input type="checkbox"/>
○ Direção Regional de Estatística da Madeira	<input type="checkbox"/>
○ Serviço Regional de Estatística dos Açores	<input type="checkbox"/>
○ Entidades com delegação de competências	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> Direção Geral da Política de Justiça	
• Outros utilizadores nacionais	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> Administração pública, Administração Pública Central – Ministério da Justiça; Pessoas singulares - Utilizadores Individuais	
• Utilizadores comunitários e outros (internacionais)	<input type="checkbox"/>
<i>Especificar:</i> _____	

- **IV.6 Difusão**

- **IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação**

A informação relativa ao ano n é disponibilizada 4 meses após o fim do ano.

o **IV.6.2 Revisões**

Não existem revisões

▪ **IV.6.2.1 Tipos de revisões de dados adotadas:**

Assinale uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Revisões regulares	<input checked="" type="checkbox"/>
o Correntes	<input type="checkbox"/>
o Gerais	<input type="checkbox"/>
• Revisões extraordinárias	<input type="checkbox"/>

▪ **IV.6.2.2 Circunstância em que são efetuadas as revisões:**

As revisões correntes dos dados do ano anterior são efetuadas no final de outubro.

▪ **IV.6.2.3 Frequência das revisões:**

As revisões correntes são feitas de acordo com o calendário de disponibilização dos dados.

o **IV.6.3 Produtos de difusão regular**

Preencher o seguinte quadro:

Produtos a disponibilizar			
Tipo de produto	Designação do produto	Periodicidade de disponibilização	Nível geográfico (desagregação geográfica máxima)
<ul style="list-style-type: none"> • Publicação • Indicadores estatísticos • Questionários internacionais 	Movimento de Processos na Polícia Judiciária.	Anual	País

V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

- *V.1 População-alvo*

Unidades Orgânicas da Polícia Judiciária.

- *V.2 Base de amostragem*

Não aplicável.

- *V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação*

Processo.

- *V.4 Desenho da amostra*

- *V.4.1 Características da amostra*

Não aplicável.

- *V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra*

Não aplicável

- *V.5 Construção do (s) questionário(s)*

- *V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário (s)*

Não aplicável.

- *V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s)*

Desconhecido.

- *V.6 Recolha de dados*

- *V.6.1 Recolha direta de dados*

Recolha de dados por transferência automática de ficheiros com dados sobre processos de inquérito crime na Polícia Judiciária.

▪ **V.6.1.1 Período (s) de recolha**

Contínua.

▪ **V.6.1.2 Método (s) de recolha**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Recolha por entrevista:	
○ Presencial com Computador (“CAPI”)	<input type="checkbox"/>
○ Presencial sem computador	<input type="checkbox"/>
○ Telefónica com Computador (“CATI”)	<input type="checkbox"/>
○ Telefónica sem computador	<input type="checkbox"/>
• Recolha por autopreenchimento:	
○ Questionário eletrónico.....	<input type="checkbox"/>
○ Transmissão eletrónica de um ficheiro com estrutura de dados pré-definida (inclui Excel e aplicação)	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Questionário em papel	<input type="checkbox"/>
• Recolha por observação direta	<input type="checkbox"/>

▪ **V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha**

Não aplicável.

▪ **V.6.1.4 Possibilidade de inquirição “Proxy”**

Assinalar uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

• Sim	<input type="checkbox"/>
Especificar o critério: _____	
• Não	<input checked="" type="checkbox"/>

▪ **V.6.1.5 Sessões informativas**

Não aplicável.

○ **V.6.2 Recolha não-direta de dados**

Não aplicável.

• **V.7 Tratamento de dados**

○ **V.7.1 Validação e análise**

1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados (<u>resposta múltipla</u>):	
• Regras de domínio	<input checked="" type="checkbox"/>
• Regras de coerência	<input checked="" type="checkbox"/>
• Regras de estrutura	<input type="checkbox"/>
2. Fazer uma breve descrição dos métodos utilizados na análise dos dados recolhidos: Para a recolha efetuada por transferência automática de ficheiros existe um sistema de alertas que permite identificar os campos de preenchimento obrigatório que não foram preenchidos. O protocolo de comunicação de dados contempla regras de validação que identificam erros de estrutura, funcionais e de conteúdo. A validação da estrutura verifica o formato e a dimensão dos dados de uma variável. A validação de conteúdo verifica a validade e a vigência dos códigos enviados. A validação funcional verifica a consistência dos dados em relação às regras lógicas e de negócio estabelecidas.	

Na avaliação da qualidade dos dados utiliza-se um conjunto de relatórios tipo que permitem avaliar quer o “contexto/sentido” dos dados em relação a períodos anteriores, bem como avaliar a coerência dos dados e o seu enquadramento legal.

3. Descrever as metodologias para medir os erros de medida e de processamento:

Na recolha por transferência automática de ficheiros, os erros de processamento são controlados através da aplicação de processamento dos ficheiros recebidos em XML:

- o Identificação do número de erros de estrutura, de formato ou de conteúdo;
- o Criação automática de ficheiro de resposta com identificação dos erros resultantes do processamento;
- o Matrizes de evolução dos registos recebidos atualizada semanalmente ou mensalmente de acordo com a periodicidade de receção dos ficheiros XML

o ***V.7.2 Tratamento de não respostas***

Não aplicável.

o ***V.7.3 Obtenção de resultados***

Os dados são obtidos por agregação dos valores efetivos e sujeitos a uma análise descritiva. Os resultados são tratados através de um sistema de Datawarehouse e divulgados através de relatórios estatísticos.

Software Utilizado: Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ), Microsoft Visual Studio, Microsoft SQL Server (incluindo componentes de Business Intelligence) e Microsoft Sharepoint.

o ***V.7.4 Ajustamentos dos dados***

Não aplicável.

o ***V.7.5 Comparabilidade e coerência***

A coerência é assegurada através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados com anos anteriores, provisórios e definitivos em termos de análise geográfica e temporal. Assinalam-se as alterações legislativas e procede-se a inserção de notas metodológicas e se necessário a quebra de séries.

o *V.7.6 Confidencialidade dos dados*

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):

- Sim
- Não

A recolha, tratamento e divulgação dos dados é feita de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, designadamente o artigo 6.º que estabelece a aplicação do princípio do segredo estatístico aos dados.

Quaisquer unidades estatísticas, direta ou indiretamente identificáveis, não podem ser divulgadas, não só pela proteção conferida por este princípio, mas também pelo dever de confidencialidade que decorre da aplicação da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (Regulamento Geral de Proteção de Dados/RGPD).

O tratamento dos dados não permite qualquer identificação direta ou indireta dos intervenientes, sendo divulgados apenas quando se referem a três ou mais ocorrências. A ocultação de dados confidenciais realiza-se pela aplicação dos métodos de supressão e agregação.

VI. Suportes de recolha e Variáveis de observação

Suporte de recolha associado: Suporte de recolha associado: Criminalidade Registada – Órgãos Policiais: Polícia Judiciária. Número de Registo **10406**, com validade até 31/12/2024.

Entidade Inquirida: Polícia Judiciária

Variáveis de observação: Para maior detalhe sobre estas variáveis, consultar no SMI o Suporte de Recolha web, associado: **SR_10406** (<https://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/10406>)

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Ano							N/A
			Mês							N/A
			Fase do processo				Tabela de valores possíveis			N/A
			Entidade				Tabela de valores possíveis	3		N/A
	13131		Localização geográfica (Distrito)		06-08-2015	V00017	Tabela de valores possíveis Código da divisão administrativa (distritos/ municípios/freguesias)	1		N/A
	13132		Localização geográfica (Município)		06-08-2015	V00017	Tabela de valores possíveis Código da divisão administrativa (distritos/ municípios/freguesias)	2		N/A
	13133		Localização geográfica (Freguesia)		06-08-2015	V00017	Tabela de valores possíveis Código da divisão administrativa (distritos/ municípios/freguesias)	3		N/A
	13252		NUTS		07-01-2016	V03505	Tabela de valores possíveis NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	5		N/A
	2965	17-04-2007	Crime registado pelas autoridades policiais				Tabela de valores possíveis		N/A	N/A

			Modalidade de termo							
	1313	01-01-2005	Termo do processo							

Nota: a informação relativa a variáveis de observação tem carácter provisório.

VII. Variáveis Derivadas

Não aplicável.

VIII. Indicadores a disponibilizar

Nota: Indicadores a disponibilizar no portal das Estatísticas da Justiça

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					Código	Data início vigência	Designação	Classificação/ versão associada		
		Código	Designação	Nível						
	Movimento de processos (N.º) na Polícia Judiciária por localização geográfica e categoria de crime; Anual			Movimento anual de processos (N.º) na Polícia Judiciária						
	Processos findos (n.º) na Polícia Judiciária por modalidade de termo e categoria de crime; Anual			Processos findos (N.º) na Polícia Judiciária por modalidade de termo						

IX. Conceitos

<i>Código</i>	<i>Designação</i>	<i>Definição</i>
365	Crime	Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática.
429	Processo	Auto constituído pelas peças escritas emanadas das partes, pelas decisões do tribunal e atos do Ministério Público, e pelo relato, mais ou menos circunstanciado, dos atos e diligências praticadas no desenvolvimento da ação.
437	Processo findo	Processo em que é proferida decisão final, na forma de acórdão, sentença ou despacho, na respetiva instância, independentemente do trânsito em julgado.

X. Classificações

- Lista de classificações utilizadas (ordenação por código):

<i>Código (da versão)</i>	<i>Designação da classificação/versão</i>	<i>Sigla</i>
V00017	Código da Divisão Administrativa	
V00228	Tabela dos crimes registados, 2005	
V03505	NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	

XI. Siglas e abreviaturas

Lista de abreviaturas e acrónimos (siglas) utilizados:

<i>Código</i>	<i>Designação</i>	<i>Extensão</i>
11696	DIC	Departamento Investigação Criminal
11399	PJ	Polícia Judiciária
6319	SIEJ	Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça
11698	SIIC	Sistema Integrado de Informação Criminal
4583	DGPJ	Direção Geral da Política de Justiça
11404	DEJ	Divisão de Estatísticas da Justiça
5778	SQL	Structure Query Language
4201	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, IP
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
5742	WEB	World Wide Web
4193	MJ	Ministério da Justiça

XII. Bibliografia

Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, maio de 2005,

Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística.

Website do Instituto Nacional de Estatística: <https://www.ine.pt>

Website da Direção-Geral da Política da Justiça: <https://dgpj.justica.gov.pt>

Lei 49/2008, de 27 de agosto. Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal.